

# **O LIMBO DA COMUNIDADE EUGÊNIO PEREIRA: (in)segurança jurídica na luta pelo direito à moradia e contra o despejo forçado (13 anos de re-existência)**

ST-02: Direito à Cidade e à Moradia

**Lucas Serra Borba Fonseca**

Orientador: Alex Oliveira de Souza

Nome do Programa: Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA

Ano de início: 2017

## **QUESTÕES CENTRAIS DA PESQUISA**

Que indicadores são colocados em pauta como empecilhos para a legalização jurídica de propriedade da comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA)? Que insegurança é gerada por esse entrave aos moradores? Como a comunidade se articula para atingir os objetivos do movimento popular contra o despejo forçado?

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Compreender os impasses jurídicos que geram insegurança na Comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA)

### **Objetivos Específicos**

Reconstruir historicamente a formação/organização socioespacial da Comunidade;  
Apreender o processo político-jurídico de ocupação da Comunidade e a permanência nela;  
Identificar os determinantes de luta e re-existência para a consolidação da Comunidade.

## METODOLOGIA

Para fazer a investigação do problema de pesquisa será utilizado a perspectiva teórica em Marx (1983). Através do materialismo histórico dialético serão analisados os aspectos social, espacial, temporal, político e jurídico da Comunidade Eugênio Pereira, privilegiando experiências, práticas e processos históricos. O materialismo é um produto histórico. Tal método não se prende ao presente. É uma construção do que já foi no passado e o que pode ser no futuro. Assim, esta investigação será pautada nos impasses jurídicos que geram insegurança na Comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA), impedindo-a de ser reconhecida pelo Estado como sujeito de direitos.

As atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método materialismo histórico dialético consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. Para Marx (1983) o objeto de estudo não deve ser encarado de forma isolada. O método materialismo histórico dialético entende que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam. A ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social (LEFEBVRE, 2001). Cada objeto construído será por sua vez submetido ao exame crítico (LEFEBVRE, 2001). Dessa forma, a pesquisa se dará pela investigação desde o começo da ocupação em 2005.

A dialética considera a natureza como um sujeito em constante mudança. Por isso, o método dialético exige um exame de fenômenos sociais, não só do ponto de vista de suas relações mútuas e de seu mútuo condicionamento, mas também do ponto de vista de seu movimento, de suas transformações e de seu desenvolvimento, nascimento e morte. Para isso, a pesquisa será embasada em relatos de sujeitos internos e externos relacionados a comunidade, quais sejam: a liderança comunitária e moradores antigos; advogados populares; representante dos Direitos Humanos da OAB; Defensoria Pública do Estado do Maranhão; judiciário (1ª vara da comarca de Paço do Lumiar, responsável pelo caso em questão); prefeito do município (mandato 2017/2020).

## PRINCIPAIS BIBLIOGRAFIAS

As principais bibliografias para o desenvolvimento da pesquisa serão Harvey (2005), Davis (2006), Rolnik (2015), Maricato (1999, 2000), Lefebvre (2001), Gohn (1991).

A obra “A produção capitalista do espaço” de Harvey (2005) será utilizada para dialogar em conjunto com a teoria marxista. O autor traz questões conceituais, como o significado de cidade, quando a interpreta como um lugar onde deveria haver integração das diferentes práticas sociais e espaciais.

Por fim, é apresentado que quando o sistema capitalista busca o individual, o cultural e o local, um novo tipo de espaço pode ser pensado. O espaço de esperança de Harvey (2005) será introduzido ao trabalho a partir da narrativa de uma escola construída na localidade. A

escola, construída em uma área desapropriada, hoje, serve como um “forte” para a comunidade. A única área que possui o título de propriedade é a da escola.

Davis (2006) com “Planeta Favela” e Rolnik (2015) com “Guerra dos lugares” reforçaram a questão da habitação no Brasil e de forma global. Davis (2006) constata que a maior parte do território urbanizado do planeta é constituído por assentamentos que não podem ser chamadas de cidades. Ele denomina de urbanização da pobreza. E Rolnik (2015) destaca que o espaço (real e concreto) está submetido ao capital financeiro, gerando assim a guerra dos lugares.

Maricato (1999, 2000) nos textos “a terra é um nó, na sociedade brasileira... também nas cidades” e “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil” traz a questão da cidade informal, da radical flexibilidade e da exclusão urbanística. Lefebvre (2001) descreve “o direito à cidade” como sendo muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos. É um direito coletivo, pois esta transformação depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. Este poder pode ser gerado através de movimentos populares pelo direito à moradia e contra o despejo forçado, como os narrados pelos estudos de Gohn (1991) na obra “movimentos sociais e luta pela moradia.”

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. Tradução de Beatriz Medina.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARVEY, David. O direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó, na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 93, n.6, p. 7-22, 1999.

\_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

## DIALOGO COM O TEMA DA OFICINA

Na comunidade em estudo há insegurança contemplada em diversas dimensões: social, política, jurídica, territorial. Conquanto, destaca-se, que todas estas inseguranças são causadas pelo entrave jurídico, impedindo que todas as outras dimensões se desenvolvam. Pelo fator jurídico, a comunidade não é vista como um ente de direitos. E para seus moradores, o Estado os enxerga como filhos bastardos. Entretanto, a comunidade resgata a identidade de pertencimento ao local.

Apesar da luta, resistência e iminência de despejo, as comunidades se sentem realizadas pelos locais que “conquistaram”. Antes moravam de aluguel ou viviam de favor em casa de parentes. Segundo relatos dos moradores, a ocupação foi a única maneira que encontraram de diminuir suas dívidas com o objetivo de ter uma vida boa e digna. Entretanto, o direito à cidade vai muito mais além do que a questão de moradia.

A cidade precisa ser compreendida sobre vários aspectos. A cidade não é apenas um espaço onde se devam reproduzir as relações econômicas. É preciso que a cidade seja um espaço de democracia, de lazer, de cidadania. Daí a necessidade de buscar a função social da propriedade e a função ambiental, de modo que a ocupação não venha agredir outros direitos.

O direito à moradia não é apenas o direito ao teto. A habitação não deve ser vista apenas como um teto e quatro paredes, mas sobre um aspecto do direito à cidade: direito ao transporte público de qualidade, acesso a políticas de saúde, educação; um espaço de cidadania. Nesse sentido, a pesquisa faz relação também com a sessão temática 02, “Direito à Cidade e à Moradia.”

A Comunidade, ao longo de 13 anos, pela morosidade dos processos judiciais, se transformou e se consolidou. Na comunidade já existe posteamento com iluminação pública parcial; energia elétrica; água potável; transporte coletivo; e escola comunitária, fruto da luta e resistência popular. Contudo, a comunidade ainda segue esquecida pelo poder público, em uma espécie de limbo. Em sentido figurado, limbo significa um lugar onde são deixadas coisas sem valor e que são esquecidas. Isso, pela falta de titulação. A transformação socioespacial da comunidade é uma realidade, mas o título de propriedade das terras ainda parece uma utopia.

Com o registro de propriedade, a comunidade deseja todos os “aparelhos” sociais (saúde, lazer, cultura). Para a comunidade, com a titulação, eles deixarão de ser filhos bastardos (do Estado) e passarão a ser legítimos, integrando a cidade oficial. Sem o título (folha de papel), a comunidade se desenvolve, mas não tem paz social e segue na insegurança. O que muitas pessoas precisam é de um lugar para viver bem, não apenas sobreviver. E isso só será possível através da legalização da comunidade, quando sairão do limbo e triunfarão em um espaço de esperança, usufruindo da moradia e da cidade.

## DIALOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

O tema do direito à moradia há algum tempo assumiu posição de destaque no cenário político-jurídico regional e nacional. Em paralelo a isto, a existência do direito à propriedade reflete em conflitos normativos que implicam a análise do caso concreto. Enquanto a propriedade é um direito fundamental do proprietário, a função social da propriedade é um direito coletivo da sociedade.

O processo de financeirização da cidade tem como consequências graves a exclusão de grande parte da população da vida urbana. O alisamento dos territórios para os fluxos do capital, padroniza os espaços urbanos e solapa outras maneiras de viver a cidade. A democratização de todas as condições à vida urbana é um pressuposto do Direito à cidade, considerada na sua diversidade, encontros, desencontros, contradições, conflitos e produção de utopias.

O direito à cidade, portanto, se constitui de diferentes sujeitos e projetos pensados a partir de necessidades e desejos e, vai além do direito às coisas e aos serviços urbanos. Ele se liga, sobretudo, à criatividade de (re)pensar no mundo. É no urbano que as grandes relações capitalistas de produção e as relações de trabalho e de capital são realizadas; é neste espaço que o Estado interfere nas formas de relações. Os conflitos por terra urbana decorrem, principalmente, das dificuldades da própria política habitacional. É neste espaço, com problemática global e de *déficit* habitacional, que se encontra a Comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA).

## PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

As principais dificuldades encontradas pelo pesquisador foi a problematização e a estruturação do trabalho. A princípio, o objetivo da pesquisa seria analisar a formação/organização socioespacial e política da comunidade em questão. Contudo, percebeu-se que o entrave que impedia a comunidade de progredir era o jurídico. Então, a partir daí a pesquisa mudou seu viés e passou a ter, de fato, um problema concreto: o impasse jurídico. Apenas uma narrativa solta sobre a formação/organização de uma comunidade de ocupação não teria uma grande contribuição para a academia. Foi a partir da percepção de que a comunidade investigada está “fora do lugar” para o Estado que a problemática foi despertada. Tudo isso gerado pelo entrave jurídico dado a morosidade do processo. Depois de encontrar a problemática, a estruturação do trabalho passou a ser o desafio. A fundamentação jurídica se tornou uma dificuldade. Os sujeitos da pesquisa são acessíveis, mas o processo corre em segredo de justiça e a juíza responsável pelo processo da comunidade não pode falar de nenhum caso sob sua responsabilidade.